

Reflexões sobre a Sustentabilidade da Psicologia Ambiental no Brasil

Hartmut Günther

Lei de Barbara:

O psicólogo estuda seu próprio problema

Psicólogo ambiental:

especialista da disciplina de psicologia que trata da interação recíproca entre o indivíduo e o ambiente, incluindo-se, aqui, a questão da territorialidade

Embora a Lei de Babara, formulada há mais de 30 anos, represente, antes de mais nada, uma piada, tem sua base de verdade. Mesmo que seja impróprio citar exemplos personalizados, como veremos, este trabalho é inspirado em parte nessa lei. Lembramos, assim, inicialmente da definição de territorialidade de Gifford como

(...) um padrão de comportamentos e atitudes por parte de um indivíduo ou grupo, baseado no controle percebido, pretendido ou real de um espaço físico, objeto ou idéia definíveis, que pode envolver ocupação habitual, defesa, personalização e marcação” (1997, p. 120). Logo a seguir, define-se marcação como “colocar um objeto ou alguma substância em um lugar para indicar sua intenção territorial”

e personalização como “marcação de tal maneira a indicar sua identidade”. Se a definição de territorialidade incluir idéias além de espaço físico, a sustentabilidade da psicologia ambiental, sob a perspectiva da sua abrangência e delimitação enquanto campo de estudo, apoiar-se-á na

marcação e personalização dentro da disciplina da psicologia.

Delimitação da Disciplina Psicologia

Ao delimitar o campo da Psicologia, partimos de uma simples constatação: o comportamento humano varia e a tarefa da psicologia enquanto ciência é a de identificar os antecedentes desta variabilidade. Enquanto as abordagens mais tradicionais procuram a contribuição de uma classe de variáveis dentro do referencial de suas respectivas sub-disciplinas da psicologia (p.ex., história do indivíduo na área clínica, experiência na área do desenvolvimento, espaço na área ambiental etc.), conceitualizamos inicialmente um modelo linear geral com antecedentes e conseqüências múltiplas (c.f., Corral-Verdugo, 2002; Tabachnick & Fidell, 2001). Tal abordagem faz jus à noção da reciprocidade entre as variáveis do indivíduo / comportamento / ambiente, ora ditas antecedentes, ora conseqüentes. Considera o conjunto de variáveis espaciais como uma classe de variáveis entre as demais privilegiadas pelas diferentes (sub-)disciplinas da psicologia e possibilita sanar uma lacuna histórica da fase inicial da PA, quando parecia faltar embasamento teórico (Darley & Gilbert, 1985; Sommer, 2002). Estas constatações, entretanto, não são suficientes para sustentar o ambiental dentro da Psicologia.

Apesar de há mais de setenta anos Boring (1929, p. vii) ter citado a caracterização da Psicologia por parte de Ebbinghaus como tendo ‘um longo passado, mas apenas uma breve história’, recorremos a outro texto desta mesma época para delimitar a Psicologia hoje. K. Bühler (1927, apud Hofstätter, 1957, p. 10) divide o objeto da psicologia em três vertentes: comportamento, experiência (subjéctiva) e criação (p.ex. língua, instituições, arte, construções) que estão em interdependência constantes (vide Figura 1). A experiência baseia-se nas criações humanas de uma determinada cultura e subsidia o comportamento. Um determinado comportamento contribui para a manutenção (ou não) das criações humanas, o que afeta a experiência (do autor e das testemunhas). Em outras palavras, qualquer afirmação sobre comportamento, experiência ou criação humana tem, necessariamente, de levar em conta as outras duas vertente. Conforme Bühler, o estudo das relações recíprocas dessas três vertentes estabelece a posição da psicologia ante às três grandes áreas das ciências: 1. estudando a relação entre experiência e comportamento, estaríamos conduzindo psicologia como ciência natural (isto é, interfaces com (psico) fisiologia, neurociências, etc.); 2. o comportamento em relação às

A *Série: Textos de Psicologia Ambiental* junta artigos previamente publicados, trechos traduzidos, textos de alunos das disciplinas *Psicologia Ambiental* e *Psicologia Social*, bem como trabalhos dos membros do Laboratório de Psicologia Ambiental da UnB. A série tem fim didático, sendo preparado pelo Laboratório de Psicologia Ambiental da UnB.

Sobre o autor: O autor é Professor Titular do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de Brasília; e-mail: hartmut@unb.br

Este trabalho contou com o apoio do CNPq. Uma versão preliminar foi apresentada e discutida no grupo de trabalho “Psicologia Ambiental” do IX Simpósio Nacional de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, Águas de Lindóia, SP, 2002. Agradecemos aos colegas do grupo, Elaine Rabinovich, Isolda A. Günther, José Q. Pinheiro, Mara Inês Campos-de-Carvalho, Marília L. Peluzo, Marisa Bassani, Reinier Rozestraten e Sylvania Cavalcante, pelos comentários. Subsequentemente, o texto foi publicado em E. T. O. Tassara, E. P. Rabinovich & M. C. Guedes (Org.). (2004). *Psicologia e ambiente*, pp. 199-131.

☞ *Como citar*

Günther, H. (2004). *Reflexões sobre a Sustentabilidade da Psicologia Ambiental no Brasil* (Série: Textos de Psicologia Ambiental, N° 09). Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.

criações humanas leva a uma psicologia como ciência social (interfaces com direito, administração, sociologia, etc.); 3. o estudo da relação entre experiência e criação humana torna a psicologia uma ciência humana (interfaces com artes ou lingüística, etc.).

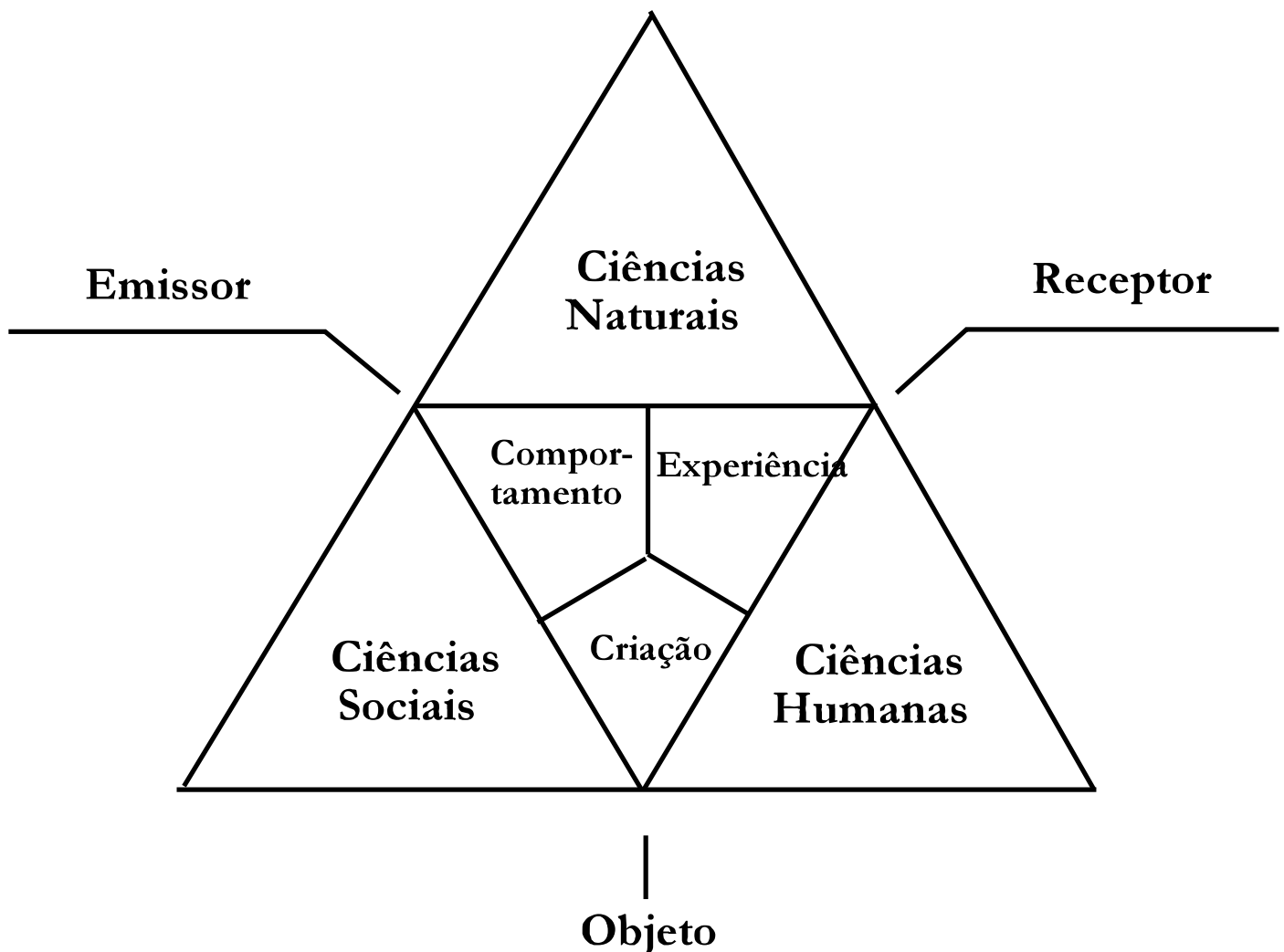
Utilizando este triângulo de Bühler como referencial, compreende-se a unidade na diversidade da psicologia, na medida em que é representada de maneira multifacetada e, dependendo da formulação do seu objeto de estudo, pode — e deve — ser vista como ciência humana, social e / ou natural. Mais importante para nossa reflexão sobre sustentabilidade da psicologia ambiental (no Brasil) é a ampliação da simples noção da reciprocidade entre comportamento e ambiente, para um triângulo recíproco entre ambiente, experiência e comportamento. Para tanto, precisamos expandir a concepção de criação (humana) de Bühler, para incluir o contexto ambiental natural dentro do qual tais criações são realizadas. Antes de aprofundar esse ponto e chegar à sustentabilidade da psicologia ambiental, precisamos fazer um breve sumário do espaço conquistado pela psicologia ambiental nos últimos anos, bem como sobre o conceito e sua aplicabilidade a uma área de conhecimento.

Psicologia Ambiental dentro da Disciplina Psicologia

Uma reflexão sobre a posição da psicologia ambiental dentro da psicologia (Sime, 1999; Sommer, 2000) e as sub-disciplinas que a compõem implica uma resposta à questão: o que faz a psicologia ambiental ser uma sub-disciplina independente dentro da psicologia, ao invés de uma referência para a disciplina no sentido de que o ambiente físico, isto é, constelações e características espaciais, não devam ser esquecidas nos estudos psicológicos?

Convém enfatizar que não estamos tratando da discussão *nature - nurture*. A preocupação com o ambiente físico — construído ou natural — parte da observação de que arranjos espaciais permitem e provocam comportamentos diferentes, razão pela qual merecem atenção não somente do arquiteto, paisagista, planejador urbano e outros profissionais que tradicionalmente lidam com a construção e preservação do espaço, mas, igualmente, do psicólogo, que estuda as mais diversas manifestações do comportamento humano.

Existem várias evidências quanto à situação da psicologia ambiental como área de estudo acadêmica própria. Em nível institucional, uma recente busca na Internet produziu referências a três instâncias: Department of Environmental Psychology, no Graduate Center da City



University of New York, na Faculdade de Arquitetura do Instituto de Tecnologia da Universidade de Lund, Suécia e na Universidade de Osaka, Japão. Na City University of New York é oferecido um programa de doutorado em psicologia ambiental desde o fim da década de 1960. Não foi incluído nesta busca referência a grupos de pesquisa e/ou áreas de concentração em nível de graduação e/ou pós-graduação com a temática de psicologia ambiental. Considerando a variabilidade da denominação, somente no Brasil teria produzido mais do que meia dúzia de grupos de pesquisa, além do risco de omitir grupos devido às variações taxonômicas.

Em nível organizacional, podemos apontar associações profissionais como a International Association of People-Environmental Studies (IAPS) na Europa, Environmental Design Research Association (EDRA) nos Estados Unidos; além da Man-Environment Relations Association (MERA) no Japão; e a People and Physical Environment Research Organization (PaPER) na Austrália e Nova Zelândia. Menciona-se, ainda, que em várias associações nacionais e internacionais existem divisões de psicologia ambiental como, por exemplo a divisão 34 na American Psychological Association, o grupo ambiental na Canadian Psychological Association e na Deutsche Gesellschaft für Psychologie e a divisão 4 na International Association of Applied Psychology. Mais uma vez, esta lista não é completa, inclusive pelo fato de que existem divisões desta temática em associações profissionais fora da psicologia.

Quanto às publicações, vale mencionar alguns livros introdutórios da áreas (Aragonés & Amérigo, 1998; Bechtel, 1997; Bell, Greene, Fisher & Baum, 2000; Bonnes & Secchiaroli, 1995; Cassidy, 1997; Gifford, 1997; Hellbrück & Fischer, 1999; Homburg & Matthies, 1998; Kruse, Graumann & Lantermann, 1990; McAndrew, 1993; Miller, 1998; Veitch & Arkkelin, 1995), capítulos temáticos desde 1973 no *Annual Review of Psychology* (Craik, 1973; Holahan, 1986; Russell & Ward, 1982; Saegert & Winkel, 1990; Stokols, 1978; Suedfeld & Steel, 2000; Sundstrom, Bell, Busby & Asmus, 1996), além de dois manuais de Psicologia Ambiental, o primeiro publicado em 1987 por Stokols e Altman e o segundo por Bechtel & Churchman em 2002. Cabe mencionar, ainda, algumas revistas especializadas da área como *Environment and Behavior*, publicada nos EUA desde 1969; *Environmental Psychology*, publicada na Inglaterra desde 1981, *Umweltpsychologie*, publicada na Alemanha desde 1997 ou *Medio Ambiente y Comportamiento Humano*, publicada na Espanha desde 2001.

Sumarizando, mesmo levando em conta as lacunas na busca de informações para apresentar o quadro institucional e da produção acadêmica para este artigo, já está claro que a psicologia ambiental é uma subdisciplina independente, mesmo que os mais pessimistas discutem sobre a identidade da psicologia ambiental (p.ex.: Graumann, 2002; Severy, 2002; Stokols, 1995). Conforme apresentado no fim da seção anterior, antes de aprofundar a posição da psicologia ambiental em termos do triângulo de Bühler e chegar ao tema deste trabalho,

precisamos fazer mais uma excursão sobre o conceito da sustentabilidade e sua aplicação a uma área de conhecimento.

Breve excursão sobre a sustentabilidade

Temos plena consciência de que *sustentabilidade* é uma daquelas palavras da moda. Entretanto, mesmo um breve olhar pela janela em qualquer viagem pelo Brasil convence sobre a necessidade de se preocupar com a sustentabilidade da terra. O conceito de *Nachhaltigkeit*, palavra alemã para sustentabilidade, surgiu antes do século 18 na economia florestal (Kluge, 1995; Lexikon, s.d.) e refere-se ao princípio de não cortar mais madeira em uma floresta do que ela consegue repor até o próxima corte. Embora tendo se tornado um chavão, traduzimos o seguinte parágrafo a título de estimular a reflexão sobre a extensão do conceito de sustentabilidade a uma área de conhecimento a partir destas considerações essencialmente lingüísticas:

Estabelecer *Nachhaltigkeit* como uma imagem condutora social aceitável é uma tarefa difícil. (...) Se o leigo chega a interpretar *Nachhaltigkeit*, o faz como efetivo, eficiente, forte, permanente; a palavra permanência é a que mais se aproxima à origem na língua inglesa da finalidade *sustainable / sustainability*. A dificuldade da compreensão do conceito torna-se especialmente clara quando é decomposto nos seus componente *nach* [depois, posterior] e *halten* [segurar, manter]. Mesmo a compreensão da composição da palavra nova no sentido indicado acima exige uma interpretação trabalhosa. Imagens condutoras, entretanto, devem ser de fácil compreensão para lembrar e motivar para comportamento positivo. Os falantes da língua inglesa têm mais facilidade com o modelo de *sustainable development of the society*. *To sustain* que significa segurar, apoiar, manter, conservar, sustentar, dar força, agüentar, confirmar. (...) *Sustainable development* é um desenvolvimento suficiente, apoiante, de longo prazo (Harloff & Wendorf, 2000, 11).

As considerações sobre os termos ingleses aplicam-se, igualmente, aos seus correspondentes em língua portuguesa. Sendo o ponto central do conceito a permanência e o longo prazo, há de se acrescentar que a sustentabilidade e, ainda mais, a *Nachhaltigkeit*, trata, no presente, daquilo que precisa ser feito hoje para assegurar um futuro possível. Pelo contrário, falar somente do futuro pode parecer desvinculado do presente, ignorando o fato de que o futuro depende do presente, evitando, assim, as difíceis decisões sobre as ações de hoje.

Sustentabilidade da Psicologia Ambiental

Ao estender o princípio da sustentabilidade a uma área de conhecimento como atividade humana organizada, presumimos que ela passa por, pelo menos, dois eixos: encontrar um terreno que forneça um sustento inicial e, uma vez florido, não colher de maneira predatória, além da possibilidade de reposição do sustento inicial. No que

diz respeito ao primeiro eixo, argumentamos acima que a psicologia ambiental estabeleceu-se como subdisciplina distinta dentro do contexto maior da psicologia. Tem base institucional e produção acadêmica, além de apoiar-se em diversas interfaces dentro e fora da psicologia. Partindo das mais diversas temáticas, métodos e balizamentos teóricos – para assim dizer, lares acadêmicos onde os pesquisadores foram socializados antes de vestir a camisa da psicologia ambiental – construiu-se um território comum, chamado psicologia ambiental.

É no segundo eixo – não colher de maneira predatória e sim, contribuir para a sua manutenção – que se coloca o desafio de reforçar o seu território dentro da psicologia e das demais disciplinas. Sugerimos que a visão gestalista da psicologia ambiental, que faz parte da sua herança intelectual, favorece de maneira especial esta área, ao conceber pesquisas e aplicações como integradas em um contexto mais amplo, embora sejam, cada uma por si, necessariamente pontuais. Essa parece ser uma outra maneira de repetir aquela exortação ecológica de *pensar globalmente e agir localmente*: a pesquisa – e especialmente a aplicação individual – se orienta pela tarefa em questão e utiliza o método e o embasamento teórico mais apropriados. Ao mesmo tempo, os temas pesquisados pela psicologia ambiental não são vistos de maneira como se fossem independentes dos contextos temporais, culturais ou locais – uma perspectiva especialmente da psicologia experimental clássica na sua busca de leis universais. Em outras palavras, a sustentabilidade da psicologia ambiental seria assegurada pela maneira de trabalho centrado no problema – em vez de um método ou teoria. Essa postura, além de transdisciplinar, levaria a pensar globalmente, na medida em que devolvemos e contribuimos para psicologia com um aprimoramento das suas diversas teorias e métodos.

Na medida em que o pensar globalmente se apoia no triângulo de Bühler, no qual a psicologia é vista como multifacetada, a psicologia ambiental sustentável constitui um passo além da relação recíproca entre indivíduo e ambiente, ou da concepção “pessoa-no-ambiente” (p.ex.: Altman & Rogoff, 1987). A título de exemplo, imaginemos um conjunto de pesquisas sobre qualidade de vida. Sob a ótica da psicologia como ciência natural, pode-se estudar a relação entre calor e seus efeitos sobre o comportamento estressado. Da vertente da ciência social, podemos pensar na formação de redes sociais para lidar com tal estresse. Já uma perspectiva da ciência humana pode contribuir com um estudo sobre a importância de redes sociais para a percepção / experiência de eventos ao nosso redor: p.ex.: calor, pessoas estressadas, políticas públicas que ignoram o impacto do calor na qualidade de vida. Na medida em que expandimos o triângulo de Bühler para incluir não somente criações humanas, mas o contexto ambiental físico e natural das criações, a rede social se torna um conjunto de ações sobre o ambiente, como normas técnicas para ar condicionado e a sua implementação na construção de moradias (p.ex.: Gladwell, 2002). É a ampliação metodológica e teórica implícita nessa perspectiva e nesse exemplo, que

contribuem, nas palavras de Sommer (2000, p. 1) para a “incerteza sobre a natureza da área e o uso inconsistente dos termos como disciplina, área de estudo e profissão”. A seguir, consideramos algumas conseqüências dessa aparente difusão de contrastes teóricos e metodológicos para a área da psicologia ambiental.

Algumas Implicações

Após definir disciplina, sub-disciplina, “interdisciplina”, profissão e área de estudo, Sommer (2000) apresenta uma série de argumentos favoráveis e contrários ao tratamento da psicologia ambiental como subdisciplina ou área de estudo. A sua definição de disciplina inclui, tanto aspectos organizacionais (p.ex.: um departamento de psicologia), quanto uma epistemologia compartilhada. Área de estudo, por outro lado, seria um campo de investigação compartilhado por pessoas com treinamento, epistemologias e origens profissionais distintas. Nesse referencial, *psicologia ambiental* seria uma subdisciplina, enquanto *pesquisa ambiental—comportamental* seria um campo de estudo.

Quais, então, os limites da nossa área de atuação? Como que denominá-la? Ao discutir a “disciplinização” da psicologia ambiental, Graumann (2002, p. 160) levanta a pergunta se o psicólogo interessado em problemas ambientais deve participar numa “ambientalização” da psicologia, que resultaria numa difusão da perspectiva ecológica às demais subdisciplinas da psicologia. Ou deveria contribuir para um fortalecimento da psicologia ambiental como subdisciplina junto às demais psicologias hifenadas (i.é, psicologia social, psicologia clínica, etc.). Shakespeare, em *Romeu e Julieta* afirma *What’s in a name? That which we call a rose, By any other name would smell as sweet* [O que está em um nome? Aquele que chamamos de rosa, com qualquer outro nome, cheiraria tão doce]. Dessa perspectiva, a questão da disciplinização (e do nome da área) parece ser, antes de mais nada, uma questão estratégica, já que argumentamos, acima, que por sua produção nos últimos anos, a psicologia ambiental constitui uma subdisciplina da psicologia

As considerações de Sommer e de Grauman nos levam de volta ao ponto de partida deste trabalho: o conceito de territorialidade. Mais especificamente, de que maneira podemos prosseguir com a marcação da área, definida por Gifford como “colocar um objeto ou alguma substância num lugar para indicar sua intenção territorial” (1997, p. 120) e com a personalização, definida como “marcação de tal maneira a indicar sua identidade” (idem)? Nestes termos, uma *ambientalização* da psicologia implicava uma *marcação*, se não com intenção territorial, certamente como demonstração de uma contribuição importante para o assunto em questão. Uma *disciplinização* da psicologia ambiental, por sua vez, seria uma *personalização* de uma parte do território intelectual da psicologia e outras disciplinas limítrofes, podendo, até, chegar ao estabelecimento de uma nova (sub)disciplina. Uma denominação como “*pesquisa ambiente—comportamento*”, tradução literal do termo Inglês *Environment Behavior*

Research, marcaria mais território intelectual do que o termo “psicologia ambiental”. O mesmo pode ser dito das variantes como “relações pessoa–ambiente” ou “relações indivíduo–ambiente”. Ao mesmo tempo que englobam mais áreas temáticas, incluem mais abordagens teórico-metodológicas, isto é, abrem as portas para qualquer pessoa que trabalhe na interface experiência-comportamento-criação humano/ambiente natural para utilizar a concepção de Bühler.

Diante do exposto, chegamos à conclusão que apesar das evidências no estabelecimento da subdisciplina psicologia ambiental, a sua sustentabilidade basear-se-á na ambientalização da psicologia (e das suas subdisciplinas) por seu enfoque temático, antes de teórico e metodológico, que tanto permitiu o crescimento da subdisciplina quanto permitiu sua intensa interface com as disciplinas limítrofes.

Em outro momento, há de se discutir algumas das *implicações para treinamento*, que incluem forte ênfase em conhecimentos metodológicos amplos e diversificados, bem como um embasamento histórico e teórico, tanto em psicologia quanto em uma disciplina não-psicológica (seja ela mais acadêmica ou profissional) para assegurar a habilidade de *conversar*. Essas reflexões deveriam incluir a questão do nível de treinamento, isto é, mestrado e doutorado acadêmico, mestrado (e, eventualmente doutorado) profissionalizante, além de especialização e, ainda, questões cartoriais (p.ex., quem é o psicólogo ambiental?).

REFERÊNCIAS

- Altman, I., & Rogoff, B. (1987). World views in psychology: Trait, interactional, organismic, and transactional perspectives. Em D. Stokols & I. Altman (Eds.), *Handbook of environmental psychology*, vol 1 (pp. 7-40). New York: Wiley.
- Aragonés, J. I., & Amérigo, M. (Orgs.). (1998). *Psicología ambiental*. Madrid: Ediciones Pirámide.
- Bechtel, R. B. (1997). *Environment and behavior: An introduction*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Bechtel, R. B., & Churchman, A. (Eds.). (2002). *Handbook of environmental psychology*. New York: Wiley.
- Bell, P. A., Greene, Th. C., Fisher, J. D., & Baum, A. (2000). *Environmental psychology* (5th ed.). Belmont, CA: Wadsworth.
- Bonnes, M., & Secchiaroli, G. (1995). *Environmental psychology*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Boring, E. G. (1929). *A history of experimental psychology*. New York: Appleton-Century.
- Cassidy, T. (1997). *Environmental psychology: Behaviour and experience in context*. Hove, U.K.: Psychology Press.
- Corral-Verdugo, V. (2002). Structural equation modeling. Em R. B. Bechtel & A. Churchman (Eds.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 256-270). New York: Wiley.
- Craik, K. H. (1973). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 24, 403-422.
- Darley, J. M., & Gilbert, D. T. (1985). Social psychological aspects of environmental psychology. Em G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *Handbook of social psychology: Vol 2: Special fields and applications* (3rd ed., pp. 949-991). New York: Random House.
- Gifford, R. (1997). *Environmental psychology: Principles and practice* (2nd ed.). Boston: Allyn and Bacon.
- Gladwell, M. (2002, 12 agosto). Political heat: The great Chicago heat wave, and other unnatural disasters. *The New Yorker*, 76-80. [resenha do livro Heat wave: A social autopsy of disaster in Chicago, Eric Klinenberg, 2002, U Chicago Press].
- Graumann, C.-F. (2002). Zwischen den Disziplinen - Dilemma und Chancen der Umweltpsychologie [Entre as disciplinas - dilema e chances da psicologia ambiental]. *Umweltpsychologie*, 6(1), 154-167.
- Harloff, H. J. & Wendorf, G. (2000). Nachhaltigkeit als gesellschaftlich vermittelbares Leitbild [Sustentabilidade como imagem condutor socialmente transmissível]. Em H. J. Harloff, K. W. Christiaanse, G. Wendorf, K. Zillich, & H. L. Daniel, *Wohnen und Nachhaltigkeit: Interdisziplinäre Forschung vor der Haustür* [Morar e sustentabilidade: Pesquisa interdisciplinar na frente da porta de casa]. Berlin: Editora TU Berlin.
- Hellbrück, J., & Fischer, M. (1999). *Umweltpsychologie: Ein Lehrbuch* [Psicologia ambiental: um livro texto]. Göttingen: Hogrefe.
- Hofstätter, P. R. (1957). *Psychologie*. Frankfurt: Fischer.
- Holahan, C. (1986). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 37, 381-407.
- Homburg, A., & Matthies, E. *Umweltpsychologie: Umweltkrise, Gesellschaft und Individuum* [Psicologia ambiental: crise ambiental, sociedade e indivíduo]. Weinheim: Juventa.
- Kluge, F. *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache* [Dicionário etimológico da língua alemã] (23. Edição). Berlin: de Gruyter.
- Kruse, L., Graumann, C.-F., & Lantermann, E.-D. (Hrsg.). (1990). *Ökologische Psychologie: Ein Handbuch in Schlüsselbegriffen* [Psicologia ecológica: um manual por meio de termos chaves]. München: Psychologie Verlags Union.
- Lexikon der Nachhaltigkeit* (s.d.). Consultado em 26 de agosto de 2002 na página <http://www.nachhaltigkeit.info/>.
- McAndrew, F. (1993). *Environmental psychology*. Pacific Grove, CA: Brooks / Cole.
- Miller, R. (1998). *Umweltpsychologie: Eine Einführung* [Psicologia ambiental: uma introdução]. Stuttgart: Kohlhammer.
- Russell, J. A., & Ward, L. M. (1982). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*. 33, 651-688
- Saegert, S., & Winkel, G. (1990). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 41, 381-407.
- Severy, L. (2002). Is the marriage over, or is Division 34 salvageable? *Population and Environmental Psychology Bulletin*, 28(2), 1-2.
- Sime, J. (1999). What is environmental psychology? Texts, content and contexts. *Journal of Environmental Psychology*, 19, 191-206.
- Sommer, R. (2000). Discipline and field of study: A search for clarification. *Journal of Environmental Psychology*, 20, 1-4.
- Sommer, R. (2002). Personal space in a digital age. Em R. B. Bechtel & A. Churchman (Eds.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 647-660). New York: Wiley.
- Stern, P. C. (2000). Psychology and the science of human-environment interactions. *American Psychologist*, 55, 523-530.
- Stokols, D. (1978). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*. 29, 253-295.
- Stokols, D. (1995). The paradox of environmental psychology. *American Psychologist*, 50, 821-837.
- Stokols, D., & Altman, I. (Eds.). (1987). *Handbook of environmental psychology: Vol 1 e Vol 2*. New York: Wiley.
- Suedfeld, P., & Steel, G. D. (2000). The environmental psychology of capsule habitats. *Annual Review of Psychology*, 51, 227-253.
- Sundstrom, E., Bell, P. A., Busby, P. L., & Asmus, C. (1996). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 47, 485-512.
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2001). *Using multivariate statistics* (4th ed.). Boston: Allyn and Bacon.
- Veitch, R., & Arkkelin, D. (1995). *Environmental psychology: An interdisciplinary perspective*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.